

# Regulamento Financeiro

O presente regulamento desenvolve-se em programas que agrupam medidas específicas de apoio aos clubes, praticantes e outras entidades desportivas federadas, de acordo com o seu grau de desenvolvimento desportivo.

## **1- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Desportivo: Formação Desportiva Atividade Regular;**

- Medida 1 – Apoio de apetrechamento a clubes ou entidades desportivas.
- Medida 2 – Organização de quadros competitivos nacionais, estágios e concentrações
- Medida 3 - Organização por clubes ou entidades desportivas de Provas do Calendário Nacional
- Medida 4 – Apoio financeiro a salas ou entidades desportivas filiadas na Federação.

## **2 - Programa de apoio ao Desporto de Alto Rendimento: Competição/prática desportiva não profissional;**

- Medida 1 – Apoio de apetrechamento a clubes de alto rendimento
- Medida 2 – Tabela de bolsas, prémios e subsídios de alto rendimento
- Medida 3 – Participação em quadros competitivos internacionais FIE
- Medida 4 - Apoio financeiro ao Enquadramento Técnico

## **1. Programa de apoio ao Desenvolvimento Desportivo: Formação Desportiva Atividade regular;**

### **Programa 1 - Medida 1 - Apoio de apetrechamento a clubes ou entidades desportivas:**

#### **Objetivos**

Este programa consiste na atribuição de material para o funcionamento das atividades desenvolvidas regularmente por cada clube, tendo em conta a sua globalidade e os projetos que desenvolve.

#### **Condições e Prazo de apresentação**

Os clubes e/ou entidades desportivas deverão apresentar o pedido de apoio, indicando o material pretendido e o nome da pessoa responsável pelo mesmo, até ao dia 30 de novembro de 2017.

A garantia de funcionamento, normas de segurança, manutenção e limpeza do material cedido, será sempre da responsabilidade do clube.

À Federação é reservado o direito de debitar aos clubes o valor do material em estado novo, pelos danos causados no equipamento cedido.

#### **Critérios**

O critério para atribuição do material será o tempo de existência do clube e/ou entidade promotora da Esgrima.

A aplicação dos critérios permite estabelecer a hierarquia dos apoios a conceder a cada entidade desportiva.

- Clubes novos filiados a partir de setembro de 2017 – Valor previsto de financiamento **até 150,00€ (cento e cinquenta euros)**
- Clubes filiados na FPE há mais 2 de épocas desportivas com atiradores em desenvolvimento desportivo – Valor previsto de financiamento **até 500,00€ (quinhentos euros)**
- Clubes filiados na FPE há mais de 5 épocas desportivas com atiradores em desenvolvimento desportivo – Valor previsto de financiamento **até 1.000,00€ (mil euros)**

Realizado um escrutínio preliminar interno, um elemento designado pela FPE irá reunir com cada entidade desportiva, no sentido de esclarecer as opções seguidas, designadamente nos casos em que o apoio fique aquém do solicitado por razões de indisponibilidade ou nas situações em que se entenda que o apoio solicitado está para além do que a dimensão ou actividade do Clube justificam.

Após a análise dos pedidos, será elaborado um protocolo entre o clube/entidade desportiva federada e a Direção da Federação Portuguesa de Esgrima, que vigorará enquanto o beneficiário desenvolver a prática regular da modalidade e permanecer filiado na FPE.

Estes apoios serão sempre atribuídos de acordo com o financiamento anual e o saldo existente para aquisição de material, e serão disponibilizados até dezembro de 2018. Para que os clubes possam beneficiar deste apoio devem reunir todos os requisitos obrigatórios.

Requisitos obrigatórios para atribuição do material ou renovação dos protocolos existentes:

- Situação financeira regularizada perante a FPE à data da entrega do material
- Protocolo de cedência entre as entidades assinado e carimbado
- Filiação, revalidação e pagamento da jóia do clube ou entidade.
- Mínimo de 12 (doze) praticantes, **filiados e participantes** numa das épocas desportivas; 2016/2017, 2017/2018 ou 2018/2019 (setembro a dezembro 2018).

#### **Programa 1 - Medida 2 – Organização de quadros competitivos nacionais, estágios e concentrações**

A partir de **outubro de 2017**, e no caso de não se verificarem pedidos para organização de provas do calendário nacional, a Federação dará início à realização do calendário nacional, assumindo os encargos com a sua realização, **incluindo os custos de uma noite de alojamento** aos atletas participantes e a um técnico, dos clubes de **fora do distrito** onde a competição se realiza e/ou cuja sede se situe a mais de 50 km do local da competição e desde que os clubes solicitem a reserva do alojamento nos 5 dias úteis que antecedem a data de início da competição.

Aos árbitros convocados o pagamento de 45,00€ por turno, e um subsídio de refeição de 5,00€ (2 turnos). Aos convocados de fora do distrito do local da prova, acrescem as despesas de deslocação (carrinhas da FPE/transporte público), alojamento com pequeno almoço e subsídio para jantar até 7,00€.

Ficarão a cargo dos participantes/clubes outros encargos não contemplados no parágrafo anterior, bem **como as reservas de alojamento efetuadas e não utilizadas.**

As provas do **circuito nacional infantil** poderão ser realizadas pelos clubes a nível local, sempre que se verifique a concordância de mais de 50% dos clubes da região e seja apresentado à FPE um pedido de organização de pelo menos um dos clubes do Norte, Centro, Sul, Ilha da Madeira e Ilha dos Açores, com a antecedência mínima de 30 dias.

As competições do **circuito nacional infantil** poderão beneficiar de um apoio até 4.500,00€ (quatro mil e quinhentos euros) / **por competição \*\*\*\***, que será repartido pelas várias organizações, **para pagamento de todos os gastos.**

**A atribuição da organização a um clube anula toda a responsabilidade da FPE pelos encargos organizacionais, mesmo que após realização da competição o clube organizador não reúna os requisitos obrigatórios para atribuição do apoio financeiro.**

O apoio financeiro será distribuído pelos clubes organizadores tendo em conta o número de praticantes presentes, número de provas/clubes participantes, bem como do cumprimento do regulamento de provas, ou outras considerações emitidas pela FPE.

**\*\*\*\* Requisitos obrigatórios para atribuição do apoio financeiro ao clube organizador;**

- Clube organizador da competição e clubes participantes, com quotas de filiação regularizadas
- Organizações com o mínimo de 3 três clubes.
- Competições com o mínimo de 10 participantes

**Programa 1 – Medida 3 - Organização por clubes ou entidades desportivas de Provas do Calendário Nacional**

Todos os clubes ou entidades desportivas que pretendam organizar **provas** do calendário nacional, devem solicitar à FPE a organização das mesmas, mediante pedido efectuado por escrito dirigido à Direcção desta Federação, com a antecedência mínima de 60 dias.

Após análise dos pedidos, será celebrado um protocolo com as contrapartidas entre as partes, assim como a percentagem de financiamento a atribuir pela FPE.

## **Programa 1 - Medida 4 – Apoio financeiro a salas ou entidades desportivas filiadas na Federação.**

### **Objectivos**

Este apoio financeiro será atribuído aos clubes em duas fases;

**Primeira fase:** uma importância **até 40,00€ (quarenta euros)** considerando todos os agentes desportivos filiados na FPE de setembro a 30 de novembro de 2017.

**Segunda fase:** uma importância **até 80.00€ (oitenta euros)** considerando todos os atletas filiados e participantes em duas ou mais provas do calendário nacional de janeiro a junho de 2018.

\*\* são consideradas as competições do **calendário nacional organizadas por clubes.**

As importâncias a atribuir podem ser financeiras, materiais ou outras, de acordo com as necessidades dos clubes, por acordo entre as partes

## **Programa 2 - Medida 1 - Apoio de apetrechamento a clubes que integram praticantes em regime de alto rendimento:**

### **Objectivos**

Este programa consiste na atribuição de material para o funcionamento das actividades desenvolvidas regularmente por cada clube.

O apoio será atribuído **ao clube**, por **cada atleta integrado** de janeiro a novembro de 2018, em regime de alto rendimento e de acordo com o seu **nível integração**;

Nível A: até 750,00 € (setecentos e cinquenta euros)

Nível B: até 500,00 € (quinhentos euros)

Nível C: até 250,00 € (duzentos e cinquenta euros).

Para que o clube possa beneficiar do apoio, o praticante terá de estar integrado no regime de alto rendimento no **mínimo cinco meses seguidos**, não havendo lugar a alteração do apoio caso se verifique subida ou descida do seu nível de integração no ano de 2018.

Os clubes e/ou entidades desportivas deverão indicar à FPE o nome dos técnicos que ficarão responsáveis pelo material.

O desrespeito pelo funcionamento, normas de segurança, manutenção e limpeza do material cedido pela federação, **será sempre da responsabilidade do clube.**

## **Programa 2 - Medida 2 – Tabela de bolsas, prémios e participações financeiras.**

Todos os atletas que integrem as listas de Alto Rendimento do Instituto Português do Desporto e Juventude, e na vigência das mesmas, terão direito ao pagamento, durante a época desportiva, setembro a junho (10 meses), a título de bolsas de alto rendimento nos termos do nº. 5 do artigo 12º, do Código do Imposto sobre Rendimento de Pessoas singulares e Dec - lei nº 191 de 01 de outubro de 2009, Artº 7º, as seguintes importâncias;

Nível A – até 350,00€ (trezentos e cinquenta euros)

Nível B – até 175,00€ (cento e setenta e cinco euros)

Nível C – até 87,50€ (oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos)

Requisitos obrigatórios: para usufruírem das bolsas previstas, os atletas têm de estar em actividade desportiva. Considera-se actividade desportiva a participação em todas as competições do calendário nacional, a treinar de acordo com o planeamento dos seus treinadores e disponíveis para participar nas competições ou estágios seleccionados pelo Departamento Técnico da Federação, excepto por motivos de saúde devidamente comprovados.

Os atletas que estejam abrangidos pelas bolsas de alto rendimento deverão estar disponíveis para participar em demonstrações, exibições ou outro tipo de tarefas ligadas à promoção da esgrima, quando convocados pela Federação Portuguesa de Esgrima.

**Prémios** – Só serão entregues os prémios atribuídos de acordo com os critérios da Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto e assim que as referidas importâncias forem colocadas à disposição da Federação Portuguesa de Esgrima.

### **Programa 2 - Medida 3 – Participação em quadros competitivos internacionais FIE.**

Fica a cargo da Federação no período compreendido, de **setembro 2017 a dezembro de 2018**, o pagamento aos praticantes integrados no regime de alto rendimento e seleções nacionais o apoio financeiro de acordo com o nível, que participem **em provas a expensas próprias** cujo resultado desportivo permita obter a classificação de 2 pontos convertidos FIE.

**As participações que reúnam o critério proposto devem ser de imediato comunicadas aos departamentos técnico e financeiro da FPE.**

**Nível A** – até 200,00€ (duzentos euros) + inscrição prova individual + até 175,00€ subsidio de deslocação

**Nível B** – até 150,00€ (cento e cinquenta euros) + inscrição prova individual + até 150,00€ subsidio de deslocação

**Nível C** – até 100,00€ (cem euros) + inscrição prova individual + até 125,00€ subsidio de deslocação

**Seleção Nacional** - até 50,00€ (cinquenta euros) + inscrição prova individual + até 100,00€ subsidio de deslocação

Para que o apoio possa ser processado, devem os clubes/praticantes, impreterivelmente 5 (cinco dias úteis) após o termo da competição, solicitar o reembolso, apresentando as faturas/recibos dos encargos por si suportados para apuramento do apoio financeiro.

**Findo este prazo, a FPE não se responsabilizara por qualquer pagamento.**

A partir de janeiro de 2018, os atiradores em representação nacional convocados pela FPE serão apoiados com o pagamento das viagens (passagens aéreas) ou outro, alojamento com pequeno almoço, inscrição nas provas individuais, transferes (sempre que estejam previstos pela entidade organizadora), acrescida a importância no valor até 75,00€/dia\* (\*por dia de participação na prova) de ajudas de custo, perdas salariais (quando aplicável) e o valor do transporte de um saco de armas (eventualmente a ser partilhado por cada quatro atletas selecionados), ficando a cargo dos participantes ou clubes todos os outros custos.

Ao enquadramento técnico convocado, a FPE suportará todos os custos inerentes à sua deslocação, bem como as compensações salariais caso se aplique.

## **Programa 2 - Medida 4 - Apoio financeiro ao Enquadramento Técnico**

A partir de janeiro de 2018, será atribuída uma compensação financeira aos treinadores com praticantes inseridos no regime de alto rendimento que reúnam os requisitos abaixo mencionados;

### **Requisitos Obrigatórios:**

- Por cada atirador de Alto Rendimento Nível A - o treinador do respectivo atirador receberá uma compensação mensal até 200.00€, sempre que o atleta reúna as condições necessárias previstas para auferir a bolsa.
- Por cada atirador de Alto Rendimento Nível B - o treinador do respectivo atirador receberá uma compensação mensal até 150.00€, sempre que o atleta reúna as condições necessárias previstas para auferir a bolsa.
- Por cada atirador de Alto Rendimento Nível C - o treinador do respectivo atirador receberá uma compensação mensal até 100.00€, sempre que o atleta reúna as condições necessárias previstas para auferir a bolsa.

Os montantes serão devidos aos treinadores indicados pelos clubes desde que se encontrem integrados no registo de Alto Rendimento organizado pelo Instituto Português do Desporto e Juventude com cédula de treinador válida, até ao final do mês de dezembro de 2018, mediante entrega de recibo legalmente aceite (Código do IRS).

O pagamento começará a ser efetuado após comunicação do nome do treinador beneficiário e não tem efeitos retroativos. Alertamos, caso o praticante esteja integrado, por exemplo; desde janeiro de 2018 e, nesse mês não chegue à FPE a indicação do nome do treinador que irá beneficiar do apoio financeiro, o treinador só terá direito ao subsídio a partir do mês seguinte. A comunicação do nome do treinador só será válida por documento escrito entregue pelo clube.

## Considerações Importantes

- ✓ Os apoios só serão devidos aos clubes, praticantes ou entidades desportivas a partir da data em que efetuam a sua revalidação para a época desportiva 2017/2018 e que à data da emissão do apoio se encontrem com a situação financeira regularizada.
- ✓ Ficam sem efeito todos os processamentos que não cumpram os requisitos mencionados, mesmo que os atiradores/clubes se encontrem em atividade na época desportiva 2017/2018.
- ✓ O cumprimento das medidas e valores constantes neste documento dependem das **obrigações contratuais** da Federação Portuguesa de Esgrima para com o Instituto Português do Desporto e Juventude, bem como dos **saldos contratuais/disponíveis** à data da regularização efetiva dos apoios, da celebração e **cumprimento do pagamento dos duodécimos estabelecidos** com o IPDJ em 2017 e para 2018.
- ✓ Os clubes ou entidades desportivas, para poderem usufruir de quaisquer medidas de apoio aqui previstas, têm de ter à data da atribuição do apoio a sua situação financeira regularizada com a Federação Portuguesa de Esgrima, Ministério das Finanças e Segurança Social.
- ✓ Sempre que a Federação processe qualquer dos apoios financeiros previstos, pode exigir a prova das situações anteriormente referidas, originando o cancelamento do apoio sempre que se verifiquem situações de incumprimento/dívidas.
- ✓ Este programa de apoio vigorará até que os apoios concedidos pelo IPDJ se esgotem e as obrigações contratuais exigidas à FPE sejam executadas, sendo canceladas de imediato em caso de incumprimento.
- ✓ As importâncias poderão ser revistas ou canceladas a qualquer momento considerando os efeitos do futuro contrato programa a celebrar com o IPDJ e a FPE para 2018, e logo que deixe de haver capacidade financeira da FPE.
- ✓ **Todas as medidas financeiras previstas anteriormente e não contempladas neste novo documento ficam sem efeito.**

Medidas de Apoio aprovadas em reunião 25 de agosto de 2017.